



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO Nº 138/2024**

O MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. °18.668.624/0001-47, com sede na Rua Vereador Fausto Martiniano, nº25, centro, Muzambinho-MG, leva ao conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº.14.133/2021 e, no que couber, na forma do disposto das Leis Complementares nº. 123/2006, alterada pela Lei 147/2014 e nas demais condições previstas neste edital e em seus anexos, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024, PROCESSO Nº 138/2024, com critério de julgamento TIPO MENOR PREÇO DO LOTE, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

DATA DE ABERTURA: 11/09/2024

HORÁRIO: 09:00 HORAS

LOCAL: Portal de Compras AMM: www.ammlicita.org.br

Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

1. OBJETO

1. Constitui objeto do presente edital a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Turismo, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **menor preço do lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

2.2 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos;

2.2.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site: www.ammlicita.org.br;

2.2.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;



2.2.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e à presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.2.2 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

2.2.3 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

2.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- DECLARO que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

- DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

- DECLARO que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

- DECLARO que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

- DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

- DECLARO que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

- DECLARO que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

- DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.



2.3.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.3.2 Essa licitação **NÃO** se destina exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, tendo em vista o inciso II do art. 49 da Lei Complementar 123/2006, sem prejuízo do tratamento favorecido estabelecido na mesma Lei.¹

2.4 Não poderão participar deste pregão empresas:

2.4.1 Em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.4.2 Que estejam suspensas ou impedidas de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública e/ou com o Município de Muzambinho/MG, durante o prazo da sanção aplicada;

2.4.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

2.4.4 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.4.5 **Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;**

2.5 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3 PROPOSTAS COMERCIAIS

3.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1 Valor unitário e total dos itens.

3.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;²

3.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

3.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



4 DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

4.2.1 **Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

4.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

4.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5.1 **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO LOTE.**

4.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

4.6.1 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 100,00 (cem reais).**

4.8 **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

4.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos (2) dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

4.12 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



- 4.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**
- 4.15** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico eventualmente poderá permanecer acessível apenas aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.17** O critério de julgamento adotado será o menor preço global, sendo que cada item corresponde a um lote, conforme definido neste edital e seus anexos.
- 4.18** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.19** Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 4.20** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 4.21** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 4.22** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes que sejam microempresa e empresa de pequeno porte e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 4.23** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio pelo próprio sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.24** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 4.24.1** No país;
- 4.24.2** Por empresas brasileiras;



4.24.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

4.24.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

4.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

4.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.26.2 A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

5.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

5.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

5.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.6 Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade, em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas.



5.7 A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

5.7.1 Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, bem como apurado o melhor lance, a pregoeira convocará a licitante declarada vencedora para apresentação dos documentos de habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo 02(duas) horas, conforme art.63, inciso II da Lei 14.133/2021, contados da convocação da pregoeira, sendo facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

6.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php.

6.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

6.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.6 Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



6.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede e/ou a certidão simplificada da junta comercial;

6.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

6.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.7.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

6.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.8.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.8.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito



de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

6.10.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado.

6.10.1.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (§ 1º do art. 65 da Lei Federal nº 14.133/21).

6.10.1.2 A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

6.10.1.3 - As empresas que apresentarem qualquer um dos índices estabelecidos no item anterior, igual ou inferior a 01 (um), terão sua qualificação econômico-financeira condicionada à comprovação de capital social mínimo, que corresponderá a 10% (dez por cento) do valor cotado pela licitante.

6.10.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no máximo, **dentro dos 90 (noventa) dias** anteriores à data fixada para a abertura do certame.

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Atestado de capacidade operacional emitido por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração Direta ou Indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios, em nome da Licitante, para fins de comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado neste Edital.

7.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



7.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.9 Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos **90 (noventa) dias anteriores à data fixada para abertura do certame.**

7.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.12 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.13 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 A proposta final readequada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



8.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.2.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor Unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.2.3 Ocorrendo divergência entre os preços Unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.5 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9 RECURSOS

9.1 **Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.**

9.2 Havendo quem se manifeste, caberá à pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1 Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3 **Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias 03 (três) para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.**

9.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



10 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21.

12 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Inexistindo interposição de recurso, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e encaminhará o processo respectivo para **homologação** do resultado pela Autoridade Competente, observado o disposto no art.71 da Lei Federal nº 14.133/21.

13 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

13.1 – A Administração poderá revogar a presente licitação ou parte dela por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.2 É facultada à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou habilitação.

14.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

14.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.



14.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

14.6 Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira, por decisão fundamentada.

14.7 Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública.

14.8 Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento dos licitantes e, em caso de retificação do Edital, apenas o credenciamento continua valendo.

14.9 A Contratada não poderá ceder ou caucionar os direitos creditórios oriundos do objeto desta licitação, em quaisquer operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência da Administração Municipal.

14.10 Havendo divergência entre os termos do Edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

14.11 O Edital, planilhas, anexos, Termos de Referência e toda documentação da licitação são complementares entre si.

14.12 Qualquer medida judicial oriunda desta licitação será processada na Comarca de MUZAMBINHO, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

14.13 Para fins de atendimento ao disposto **na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

14.14 A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na **LGPD**, a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

14.15 Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte:

a) Anexo I- Termo de Referência;

b) Anexo II - Modelo de proposta comercial;

c) Anexo III - Minuta de Contrato.

14.16 O desatendimento de exigências formais e não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões de sua proposta, não fira os princípios constitucionais e preserve o interesse público.

14.17 O presente Edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo às empresas interessadas acompanhar, por meio do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de



MUZAMBINHO, bem como no portal: www.ammlicita.org.br, todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.

14.18 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.19 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.20 Qualquer dúvida relacionada com o objeto deste Termo poderá ser esclarecida pelo telefone (35)3571-1188 ramais: 234 (Secretaria de Administração Geral e Planejamento) 231 e 236 (Departamento de Suprimentos).e-mails: compras.licitacoes@muzambinho.mg.gov.br e comprasmuzambinho@hotmail.com

Muzambinho-MG, 22 de agosto de 2024.

Paulo Sérgio Magalhães
Prefeito



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO Nº 138/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Turismo, conforme especificações e demais condições contidas neste edital e em seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de uma empresa especializada para a atualização e elaboração do Plano Municipal de Turismo e mapeamento turístico de Muzambinho é uma ação estratégica fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e econômico do município. A elaboração deste plano é essencial por várias razões:

1. **Expertise Técnica e Profissional:** Empresas especializadas possuem conhecimento técnico e experiência prática que garantem um plano bem estruturado e eficaz, aproveitando ao máximo os recursos e potenciais turísticos do município.
2. **Diagnóstico Detalhado:** Um diagnóstico imparcial e preciso da situação atual do turismo local é necessário para identificar oportunidades e desafios, permitindo um planejamento direcionado e eficaz.
3. **Sustentabilidade e Conservação Ambiental:** Um plano de turismo sustentável assegura que o desenvolvimento turístico respeite o meio ambiente e a cultura local, promovendo a preservação dos ecossistemas e a biodiversidade.
4. **Captação de Recursos:** A existência de um plano bem elaborado facilita a obtenção de financiamentos e investimentos, essenciais para a implementação de melhorias na infraestrutura e serviços turísticos.
5. **Planejamento Estratégico:** Um planejamento estratégico atualizado permite um direcionamento claro para o crescimento do turismo a médio e longo prazo, garantindo que o desenvolvimento seja organizado e sustentável.
6. **Engajamento Comunitário:** A participação da comunidade local no processo de elaboração do plano é crucial para garantir que as necessidades e expectativas dos moradores sejam atendidas, promovendo um turismo inclusivo e benéfico para todos.
7. **Promoção Turística Eficaz:** Um plano atualizado e bem estruturado potencializa as estratégias de marketing e promoção turística, aumentando a visibilidade de Muzambinho e atraindo mais visitantes.
8. **Desenvolvimento Econômico:** O turismo é um importante motor de desenvolvimento econômico, gerando empregos, diversificando a economia local e melhorando a qualidade de vida da população.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada é um investimento estratégico que trará benefícios significativos e duradouros para Muzambinho, garantindo um desenvolvimento turístico sustentável, organizado e benéfico para toda a comunidade.



3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- **Elaboração do Plano de Trabalho:**
 - Desenvolver um plano detalhado que inclua todas as etapas do projeto.
- **Reunião de Alinhamento:**
 - Realizar uma reunião entre o consultor, o departamento de turismo local e o COMTUR para criação e ajustes do plano de trabalho.
- **Relatório de Apresentação:**
 - Apresentar um relatório detalhado sobre o plano de trabalho, incluindo informações das visitas técnicas realizadas.

ANÁLISE SITUACIONAL

- **Análise da Oferta e Demanda Turística:**
 - Coletar e analisar todas as informações pertinentes à oferta e demanda turística local.
- **Análise de Potencialidades e Competitividade:**
 - Avaliar as potencialidades turísticas e a competitividade do segmento.
- **Análise do Ambiente Interno e Externo:**
 - Identificar pontos fortes e fracos internos, bem como ameaças e oportunidades externas.
- **Relatórios de Diagnóstico e Prognóstico Turístico:**
 - Apresentar relatórios detalhados sobre o estado atual e as projeções futuras do turismo em Muzambinho.

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO (PMT)

- **Definição de Visão, Valores e Princípios:**
 - Estabelecer os fundamentos que nortearão o desenvolvimento do turismo local.
- **Objetivos Gerais e Específicos:**
 - Definir metas claras a serem alcançadas e as estratégias para alcançá-las.
- **Linhas de Atuação, Ações, Programas e Projetos:**
 - Detalhar as diretrizes de atuação, ações específicas, programas e projetos a serem implementados.
- **Resultados Esperados:**
 - Especificar os resultados esperados de cada ação planejada.
- **Entrega do Documento Preliminar do PMT:**
 - Elaborar e entregar uma versão preliminar do Plano Municipal de Turismo.

APRESENTAÇÃO DO PMT

- **Apresentação a Empresários e Entidades do Ramo Turístico:**
 - Realizar uma apresentação do PMT para empresários, entidades do ramo turístico, representantes da sociedade civil e comunidade local.
- **Entrega da Versão Final do PMT:**
 - Encaminhar a versão final do Plano Municipal de Turismo para o departamento de turismo local.

MAPEAMENTO TURÍSTICO

- **Entrega de 6 Rotas Georreferenciadas:**



- Desenvolver e entregar, no mínimo, 6 rotas turísticas em diferentes direções e regiões do município, todas georreferenciadas.
- **Formatos de Coordenadas:**
 - Especificar as coordenadas em formatos tradicional e decimal (padrão Google).
- **Estrutura das Rotas:**
 - Apresentar as rotas em formato de "região de abrangência", formando um circuito ao redor do município.
- **Georreferenciamento de Atrativos e Serviços:**
 - Cadastrar e georreferenciar recursos naturais, montanhas, mirantes, equipamentos e serviços turísticos, empreendimentos comerciais, propriedades rurais, locais de interesse histórico e cultural ao longo de cada rota.
- **Relatórios Fotográficos:**
 - Incluir um relatório fotográfico com imagens dos recursos naturais, paisagens e locais de valor turístico identificados durante os serviços.

Estas especificações técnicas asseguram que os serviços contratados para atualização e mapeamento turístico em Muzambinho sejam executados com precisão e eficiência, contribuindo para o desenvolvimento estratégico e sustentável do turismo local.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a acobertar as despesas com a contratação serão provenientes da dotação orçamentária nº **0209.13.391.1302.2.082-339039 – ficha 766**, do orçamento vigente.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

A disposição final do serviço de atualização e mapeamento turístico para Muzambinho inclui a entrega de um plano municipal de turismo abrangente e estruturado, desenvolvido em etapas bem definidas:

1. **Planejamento:** O plano de trabalho é elaborado e ajustado em reunião de alinhamento entre o consultor, o departamento de turismo local. Um relatório detalhado é apresentado, incluindo todas as etapas e visitas técnicas realizadas. Esse relatório será apresentado em reunião com o COMTUR.
2. **Análise Situacional:** São analisadas todas as informações coletadas sobre a oferta e demanda turística, potencialidades do segmento e ambiente interno e externo. Relatórios de diagnóstico e prognóstico são elaborados, fornecendo uma visão clara do estado atual e das projeções futuras do turismo em Muzambinho.
3. **Elaboração do Plano Municipal de Turismo (PMT):** Definição da visão, valores, princípios, objetivos gerais e específicos. São estabelecidas as linhas de atuação, ações, programas e projetos, com resultados esperados detalhados. Uma versão preliminar do PMT é entregue para revisão e ajustes.
4. **Apresentação do PMT:** O plano é apresentado a empresários, entidades do ramo turístico, sociedade civil e comunidade local, promovendo o engajamento e recebendo feedback. Após as revisões necessárias, a versão final é encaminhada ao departamento de turismo local para implementação.
5. **Mapeamento Turístico:** Entrega de seis rotas georreferenciadas em diferentes direções e regiões do município, formatadas como "regiões de abrangência" para formar um circuito ao redor de Muzambinho. Cada rota é detalhada com coordenadas em formatos tradicional e decimal, além do georreferenciamento de atrativos naturais, montanhas, mirantes, serviços turísticos, propriedades rurais, locais históricos e culturais.



Um relatório fotográfico complementa o mapeamento, destacando os recursos naturais e paisagens de interesse turístico.

Essa disposição final visa não apenas estruturar o turismo local de forma sustentável e integrada, mas também fortalecer a economia local e promover Muzambinho como um destino turístico atrativo e bem organizado.

6. PESQUISA DE MERCADO

O custo estimado da contratação foi apurado através de **PESQUISA DE MERCADO**, nos termos exigidos na alínea 'i', inciso XXIII do art. 6º e inciso II do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, cuja **METODOLOGIA DE PESQUISA** – consta em planilha com as informações **POR ITEM**, bem como o **HISTÓRICO DA PESQUISA MERCADOLÓGICA** – o qual apresenta todo o detalhamento encontrado durante a fase de cotação, parte integrante do processo.

LOTE	DESCRIPTIVO	UNID	QUANT	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO E MAPEAMENTO TURÍSTICO. Os serviços deverão ser executados conforme especificações e exigências do Edital e Termo de Referência, do PRC 138/2024.	SERV.	1	R\$ 48.966,66	R\$ 48.966,66

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Os licitantes serão julgados pelo critério do MENOR VALOR DO LOTE, tendo em vista que a conclusão obtida no ETP foi a opção pelo não parcelamento da licitação, pela natureza e condições da execução contratual. Sendo assim, uma só empresa executará todas as ações referentes à elaboração do Plano Municipal de Turismo, as quais encontram-se discriminadas em tópico próprio.

8. TERMO DE ECONOMICIDADE E CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à prestação de serviços em questão, que se tratam de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A economicidade poderá ser alcançada pelo recurso da competitividade entre as empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, cujo fator preponderante será o "Menor Preço". Assim, mediante tal critério, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela (s) empresa (s), cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço e que atenda às condições de habilitação constantes no Edital, sendo selecionada a proposta mais vantajosa para o Município.

9. PRAZOS



9.1 Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato, devendo ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento-AF.

10. DO CONTRATO

10.1 O contrato resultante deste procedimento terá vigência até **30/12/2024**, caso haja interesse entre as partes, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21.

10.2 A licitante vencedora terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o contrato;

10.3 Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Administração Municipal tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

10.4 Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Administração Municipal poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21.

10.5 A associação da licitante vencedora com outrem, bem como a cessão, a transferência parcial, a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Administração Municipal e desde que não afete a boa execução contratual.

11 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

11.2 Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária, razão pela qual a empresa deverá informar na Nota Fiscal seus dados bancários e o número da Autorização de Fornecimento (AF), no prazo de até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal.

11.3 A Nota Fiscal deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao representante da SELCT, que somente atestará o recebimento dos serviços e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas, em cada etapa.

11.4 Os pagamentos poderão ser retidos mediante o cumprimento irregular do contrato.

11.5 Os pagamentos somente serão efetivados mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;

11.5.1 A nota fiscal deverá ser emitida em observância ao Decreto Municipal nº 2.583, de 24 de julho de 2023.

11.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de MUZAMBINHO.

11.8 Os preços contratados são fixos e irredutíveis.

12 SUBCONTRATAÇÃO



A empresa contratada deverá ser capaz de cumprir com as obrigações e responsabilidades estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo subcontratar, transferir ou ceder, bem como, transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica o fornecimento/execução do objeto deste certame.

13 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 Caberá a gestão do contrato à Secretária de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo - SELCT, que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, tomando as providências devidas.

13.2 O Gestor tem como função monitorar a vigência e conveniência do contrato, intermediar a relação com a CONTRATADA e designar os fiscais.

13.3 Os fiscais dos serviços serão designados pela SELCT, e terão a obrigação de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, devendo agir de forma pró-ativa e preventiva observando o cumprimento das regras previstas no instrumento, observado o Processo Licitatório e legislação correlata, bem como promover os ajustes e adequações necessários, a fim de obter os resultados esperados.

13.4 Os direcionamentos, decisões e ações de qualquer assunto relacionado ao evento serão supervisionados pela SELCT, através de seu Secretário ou alguém por ele designado, não podendo haver decisões sem sua inteira ciência e consentimento.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)** Prestar os serviços de acordo com os prazos estabelecidos neste edital, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- b)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c)** providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;
- d)** providenciar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços.
- e)** realizar todas as etapas conforme Termo de Referência.

14.2 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Dar suporte necessário para a execução do contrato;
- d)** Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas;
- e)** Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto;
- f)** Designar os agentes responsáveis, exercendo em nome da Prefeitura Municipal, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;
- g)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços licitados, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 DOS CASOS OMISSOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Os casos omissos neste Termo de Referência, serão resolvidos pelo responsável pela SELCT, em consenso com a empresa contratada.

Muzambinho, 22 de agosto de 2024.

WILSON DIAS LIMA
Secretário Municipal de Esporte, Lazer, Cultura de Turismo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO Nº138/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

LOTE	DESCRIPTIVO	UNID	QUANT	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
1	ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO E MAPEAMENTO TURÍSTICO. Os serviços deverão ser executados conforme especificações e exigências do Edital e Termo de Referência, do PRC 138/2024.	SERV.	1	R\$	R\$

O licitante também deverá apresentar NA PROPOSTA as seguintes informações:

- a)** Dados da licitante: Razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico/e-mail (este último se houver), dados bancários (nome e número de banco, agência e conta corrente), número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b)** Declarar prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias.
- c)** Declaração de que a apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- d)** Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, serviços, encargos sociais, seguros, fretes e outros.
- e)** Prazo de entrega de acordo com o Edital.



ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO Nº138/2024

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.668.624/0001-47, com sede na Rua Vereador Fausto Martiniano, nº 25, centro, Muzambinho-MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu prefeito Paulo Sérgio Magalhães, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, resolvem firmar o presente contrato em conformidade com o Processo nº 138/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/ 2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Turismo, conforme especificações e demais condições contidas no edital e em seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

Todas as especificações técnicas para execução dos serviços constantes da cláusula 1ª estão contidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, que rubricado pelas partes, passa a integrar o presente para todos os fins e efeitos.

§ 1º Os serviços solicitados serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, que se encarregará da fiscalização e acompanhamento técnico dos serviços.

§ 2º Nenhum serviço extra deverá ser efetuado pela **CONTRATADA**, sem a prévia anuência da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

§ 3º Nos serviços a serem prestados estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, estando também abrangidas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto deste contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

3.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços de acordo com os prazos estabelecidos neste edital, contados a partir da data da assinatura do contrato.

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;

d) providenciar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços.



e) realizar todas as etapas conforme Termo de Referência.

3.2 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Dar suporte necessário para a execução do contrato;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas;
- e) Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto;
- f) Designar os agentes responsáveis, exercendo em nome da Prefeitura Municipal, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços licitados, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. CLÁUSULA QUINTA- DOS PREÇOS

O preço GLOBAL para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários para a realização dos serviços a serem praticados pela CONTRATADA corresponde ao valor de **R\$ XXXXXXXX** (_____).

Parágrafo único. Deverão estar contidos nos preços: tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, mão de obra, materiais, encargos sociais e trabalhistas, despesas de transporte, fretes, seguro e pedágio e demais encargos, que correrão por sua conta e responsabilidade, estando também abrangidas as despesas de hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto deste contrato, inclusive despesas com disponibilização de banda Internet e equipamentos para acesso em ambiente Web.

5. DO PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária, razão pela qual a empresa deverá informar na Nota Fiscal seus dados bancários e o número da Autorização de Fornecimento (AF), no prazo de até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal.

5.2 A Nota Fiscal deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao representante da SELCT, que somente atestará o recebimento dos serviços e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas, em cada etapa.

5.3 Os pagamentos poderão ser retidos mediante o cumprimento irregular do contrato.

5.4 Os pagamentos somente serão efetivados mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;

5.5 A nota fiscal deverá ser emitida em observância ao Decreto Municipal nº 2.583, de 24 de julho de 2023.



5.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de MUZAMBINHO.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DO REAJUSTE

Os preços contratados são fixos e irremovíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA- DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

8.1 Poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência, que será sempre por escrito, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave

II – multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021;

III - impedimento de licitar e contratar, sanção que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Muzambinho pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sanção que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3. Caracterizarão o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a CONTRATADA à **multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato, sem prejuízo de outras penalidades legalmente estabelecidas:

a) a recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o presente contrato, aceitar, receber e retirar este instrumento, dentro **de 03 (três) dias úteis**, a contar da data em que for convocada;

b) a recusa em prestar os serviços;

c) o atraso no início da execução deste instrumento contratual;



d) a prestação dos serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade e/ou quantidade.

8.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso e/ou por transgressão cometida, percentual aplicado ao valor total do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) desse mesmo valor.

8.4.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

8.5 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma concomitante às demais sanções, e na sua aplicação será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a aplicação de quaisquer outras providências previstas neste contrato e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que sejam comprovadamente causados à **PREFEITURA**, podendo ser descontadas das faturas e/ou saldos pendentes a serem pagos.

8.7 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverão obedecer às regras previstas no art. 158 da Lei 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a acobertar as despesas com a contratação serão provenientes da dotação orçamentária nº **0209.13.391.1302.2.082-339039 – ficha 766**, do orçamento vigente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato, devendo ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento-AF.

O presente contrato vigorará até o dia 30/12/2024 podendo ser prorrogado, caso haja interesse entre as partes, na forma da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido judicial ou extrajudicialmente, podendo ser por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

I – Nos casos de rescisão extrajudicial por ato unilateral a CONTRATADA será notificada em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

II – Além das hipóteses previstas no inciso acima o contrato poderá ser rescindido sempre que a CONTRATADA agir dolosamente.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será acompanhada pelo Secretário Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, o qual poderá designar um servidor que providenciará as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 1º: As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas às autoridades competentes em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

§ 2º: O CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-lo nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao PROCESSO Nº138/2024- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao Instrumento Convocatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado por conta da CONTRATANTE na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo assinam.

Muzambinho, ___ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO
CONTRATANTE
Paulo Sérgio Magalhães
Prefeito

CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF: